

ICMBio

Edição 496 - Ano 11 – 30 de novembro de 2018

em foco

ICMBio concorre em três categorias ao Prêmio Nacional do Turismo 2018

PÁGINA 12

ICMBio testa drones
na Amazônia

PÁGINA 9

Mariana: monitoramento
ambiental três anos
depois

PÁGINA 14

Oficinas discutem
governança de Corredor
Ecológico Ramsar

PÁGINA 17

História do Brasil e contato com a natureza marcam passeio no Parna do Descobrimento

O feriado da Proclamação da República, celebrado no dia 15 de novembro, marcou a realização do 4º Passeio Ecológico da República, uma tradição anual do Parque Nacional do Descobrimento (BA). Com atividades durante todo o dia, o evento tem por objetivo fortalecer o turismo ecológico e o etnoturismo na região.

Nesta edição, o passeio contou com a presença dos indígenas Pataxó, que contribuíram com as atividades artísticas e educativas da programação, e auxiliaram a promoção do evento com a comercialização de alimentos típicos e bebidas naturais. Dentre as dinâmicas, realizou-se uma palestra com a professora de História Cristiane, da Aldeia Kai, sobre a importância da República para o País, seguida das apresentações de jovens da mesma aldeia.

A atração principal ficou por conta do passeio pelas trilhas, que poderia ser feito de bicicleta, a pé ou a cavalo. Independente do meio de transporte escolhido, os participantes puderam admirar e contemplar as belezas da fauna e da flora do parque, uma porção

preservada da Mata Atlântica. De acordo com a equipe do Parque do Descobrimento, cerca de 200 pessoas estavam presentes no evento, sem contar os realizadores.

O Passeio Ecológico da República é apoiado pela Coordenação Geral de Uso Público (CGEUP), Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura da Prefeitura de Prado (SETEC) e Associação Pradense de Restaurantes, Hotéis, Operadoras, Pousadas e Estabelecimento Comerciais (Aprhope). Participaram também a Polícia Militar e a ONG Conservation Internacional (CI).

TERRA À VISTA

O Parque Nacional do Descobrimento não recebeu esse nome à toa. A área marca o local onde ocorreram os primeiros contatos dos portugueses com os nativos indígenas brasileiros. A unidade fica próxima ao Rio Cahy, o primeiro ponto de fundeio da armada de Pedro Álvares Cabral no descobrimento do Brasil, em 1500. Antes da chegada dos colonizadores, o local era habitado por etnias que deram origem aos indígenas Pataxós.

Além da enorme relevância histórica, o parque localiza-se no extremosul da Bahia, em uma das últimas áreas remanescentes de Mata Atlântica do estado. No ano 2000, o local recebeu o título de Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).



Passeio ecológico reconecta história do Brasil, etnoturismo e natureza

Cenap realiza oficina para elaboração do PAN Ungulados



PAN Ungulados vai contemplar espécies ameaçadas de extinção como veado-campeiro e cervo-do-pantanal

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade de Mamíferos Carnívoros (Cenap) reuniu, no início do mês, mais de 30 pesquisadores na sede do centro, em Atibaia (SP), a fim de elaborar o Plano de Ação Nacional (PAN) dos Ungulados. Com o intuito de promover a viabilidade populacional das espécies ameaçadas em todos os biomas de ocorrência, o plano vigora por até cinco anos a partir da data de publicação da portaria de aprovação.

O PAN contempla alguns mamíferos presentes na Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção (Portaria MMA nº 444/2014), como: Cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), veado-bororó-do-sul (*Mazama nana*), veado-campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*), queixada (*Tayassu pecari*), anta (*Tapirus terrestris*) e veado-bororó-de-são-paulo (*Mazama bororo*). Além destes, categorizados como Vulneráveis (VU), também são favorecidos pelo plano os animais cujos dados de risco são insuficientes (DD), tais como veado-mateiro (*Mazama americana*), veado-roxo (*Mazama nemorivaga*) e cariacu (*Odocoileus virginianus*).

Durante o encontro, foram elaborados oito objetivos específicos e 81 ações voltadas principalmente para reduzir os problemas referentes a caça, atividades antrópicas, enfermidades, impactos de empreendimentos e

modificação do habitat natural dos animais supracitados. Por fim, foi constituído o Grupo de Assessoramento Técnico que auxiliará na implementação e monitoria destas ações.

Estavam presentes na oficina as seguintes instituições: UFES/Pro-Tapir, SMA-SP, UFABC, IMASUL, AZAB, DNIT, IPÊ/INCAB, Tijoá Participações e Investimentos, UFV, ViaFauna, Tropical Sustainability Institute, UESC, UNESP/NUPECCE, UNESP-Rio Claro, Instituto Manacá, UFMG, IFRJ, ÚNICA, AES Tietê, FURNAS, Ibama (DBFLO) e ICMBio (Copan e Cenap).

UNGULADOS

Popularmente conhecidos como ungulados, os animais pertencentes às ordens Perissodactyla (cavalo, zebra, rinoceronte, anta) e Artiodactyla (gado bovino, antílope, girafa, camelo, porco, queixada, hipopótamo, cervídeos), são mamíferos dotados de cascos e estão entre as espécies mais populares como alvo de caça. Têm ciclos de vida longos, com extenso período de gestação e demoram muitos anos para começar a se reproduzir. Além disso, algumas espécies vivem em grupos com um número considerável de indivíduos, chamando atenção de caçadores ilegais. Devido a estas características, são espécies muito suscetíveis à extinção local em função de pressões humanas.

Oficina de pesca artesanal em unidades de conservação reúne lideranças da pesca na região sul



Oficina fortalece relação entre pescadores artesanais

Entre os dias 8 e 10 de novembro, foi realizada a I Oficina Regional de Integração entre Pescadores, Pescadoras e Unidades de Conservação, no município de Tubarão/SC. O evento faz parte do Projeto "Fortalecimento das Lideranças e Organizações da Pesca Artesanal na APA Baleia Franca e REVIS Ilha dos Lobos e Integração Regional", executado pelo ICMBio por meio do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/ Base Avançada de Florianópolis), da Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca e do Refúgio de Vida Silvestre (Revis) Ilha dos Lobos, em parceria com a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (Confrem) com recursos do Projeto Gefmar.

A oficina contou com 55 participantes, incluindo pescadores e pescadoras artesanais da região sul do Brasil, servidores do Instituto Chico Mendes, consultores e bolsistas do Projeto GEF Mar, representantes da Confrem Nacional e Local, convidados e representantes das comunidades da APA da Baleia Franca

e REVIS Ilha dos Lobos. O objetivo geral do evento foi promover a integração entre pescadores e pescadoras artesanais do território de abrangência do projeto (norte do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e litoral centro do Paraná), estimulando e fortalecendo iniciativas cooperativas entre os pescadores/as e as unidades de conservação existentes no território (APA Baleia Franca, Esec Carijós, Parna Ilha dos Currais, Resex Pirajubaé, Resex Araranguá, Revis Ilha dos Lobos, Baía da Babitonga).

A abertura da oficina foi realizada pela analista ambiental do CNPT, Carolina Alvite, e pela liderança da Confrem local, Maria Aparecida Ferreira, e seguiu com uma roda de apresentações onde todos os participantes compartilharam suas relações com a pesca artesanal e identificaram, no mapa, seu local de origem. O grupo pôde refletir sobre os desafios enfrentados pelos pescadores na região, identificando diversos problemas comuns entre eles, entre os quais destacam-se: o desinteresse da juventude em continuar na profissão dos pais, os conflitos de acesso e uso das áreas de pesca e moradia, a necessidade de melhores ações de proteção e fiscalização

da pesca artesanal nas UCs, entre outros. Os chefes da APA Baleia Franca, Cecil Roberto De Maya Brotherhood De Barros, e do Revis Ilha dos Lobos, Aline Kellermann, fecharam a roda de apresentações, juntamente com Carlos Alberto Pinto dos Santos, coordenador nacional da Confrem.

O grupo ainda discutiu desafios e possibilidades em temáticas como desenvolvimento territorial, poluição e acesso às áreas de uso comum e pesqueiros; agregação de valor na cadeia produtiva do pescado; gestão e monitoramento em áreas protegidas e turismo de base comunitária. O fechamento do evento foi marcado pela formação de um grupo de pescadores e pescadoras da região, para

acompanhar o projeto e propiciar a continuidade da troca de informações e experiências.

Um dos principais resultados foi a troca de experiência e o fortalecimento da identidade entre pescadoras e pescadores artesanais de diferentes territórios, aprofundando as relações de confiança entre pescadores e a UC. O projeto terá continuidade em 2019, com a realização das seguintes atividades: devolutivas da I Oficina Regional nas comunidades; cursos de formação de lideranças e de elaboração/gestão de projetos na APA Baleia Franca e Revis Ilha dos Lobos, e a realização da II Oficina Regional de Integração entre Pescadores, Pescadoras e Unidades de Conservação.

ICMBio recebe 77 mil hectares no Parque Nacional do Iguaçu

Na última sexta-feira (23), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade recebeu do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) 77,377 hectares de terras no Parque Nacional do Iguaçu. As instituições assinaram um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) e o passo marcou a retomada, pelo Incra, dos processos de regularização fundiária de unidades de conservação federais.

A área é composta por 11 imóveis localizados em cinco municípios abrangidos pelo parque: Céu Azul, Matelândia, Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu e Serranópolis do Iguaçu.

O acordo foi celebrado pelo presidente do ICMBio, Paulo Carneiro, que enalteceu a união dos órgãos federais para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). "Sozinhos não conseguiríamos fazer o que conseguimos obter hoje, com essa concessão de áreas no Parque Nacional do Iguaçu. O Sistema permite, por exemplo, a criação de mais de 80 mil empregos na conservação da biodiversidade. O contrato assinado hoje com o Incra é um documento de importância histórica para os dois institutos", resalta Carneiro.

A transferência de terras foi possível por meio de assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional (CDN), cuja confirmação foi publicada no último dia 5 de novembro, já que as terras estão na Faixa de Fronteira. O chefe do Parque Nacional do Iguaçu, Ivan Baptiston, agradeceu o empenho dos servidores que permitiu a concretização da CCDRU. "São pessoas que têm compromisso com um serviço público de qualidade", destaca Baptiston.

Para o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Cletho Muniz de Brito, que representou o presidente da autarquia, Leonardo Góes, a concessão das terras do Incra ao ICMBio tem uma importância histórica, dada a dimensão não apenas territorial, mas simbólica do Parque Nacional do Iguaçu. "Aqui mostramos para o mundo a efetividade de políticas públicas que promovam a regularização fundiária em unidades de conservação. Estamos falando de um Patrimônio da Humanidade, e agora, com mais segurança jurídica, o ICMBio pode buscar fontes de recursos inclusive fora do país, para mais investimentos. Incra e ICMBio juntos fazem, de fato, uma verdadeira política de Estado", diz Brito.

Projeto cria álbum de figurinhas das lagoas cársticas



Verônica Ferron

Álbum de figurinhas deve ser uma ferramenta pedagógica adicional

Unir a natureza das aves com diversão e aprendizado. Foi pensando nisso que o projeto Rede Asas do Carste desenvolveu o álbum de figurinhas "Colecionando aves, descobrindo lagoas", parte do programa de educação ambiental realizado na APA Carste de Lagoa Santa. O lançamento aconteceu no dia 7 de novembro no município de Confins (MG) e foi considerado um grande avanço na educação para a unidade de conservação (UC).

O evento reuniu alunos, professores, organizadores, patrocinadores e representantes da secretaria de educação, do meio ambiente e da APA Carste de Lagoa Santa. Todos os presentes tiveram a oportunidade de receber o álbum em primeira mão, além de conhecer os processos de criação do produto e ouvir experiências dos participantes a respeito do programa.

O Rede Asas do Carste é um projeto que utiliza como metodologia as aves da região do entorno das lagoas cársticas para um processo de aprendizagem. Além disso, tem como objetivo inserir a comunidade e as escolas da região no local em que vive e propiciar questionamentos acerca do meio ambiente. Pensando nisso, alunos locais colaboraram com as fotografias por meio de visitas de campos durante três anos.

"Os projetos e iniciativas de educação ambiental são de suma importância para a sensibilização e conscientização da comunidade, reforçando o sentido de pertencimento da população em relação às riquezas socioambientais do território onde elas estão inseridas. Acreditamos que assim as pessoas passam a entender melhor e a contribuir de forma espontânea para a conservação ambiental, favorecendo o cumprimento de nossa missão institucional", relata o chefe da APA Carste da Lagoa Santa, Antônio Calazans.

SOBRE O PROJETO

Durante três anos de trabalho, reuniões e visitas em campo, o álbum registrou 104 espécies de aves identificadas por alunos de sete escolas do ensino fundamental do 5º ao 8º ano. As aulas práticas aconteceram aos sábados e os estudantes foram divididos em duplas ou trios para realizar as fotografias. Todos foram acompanhados por monitores da equipe técnica.

Colaborar com as instituições e formar cidadãos mais conscientes e participativos são os principais objetivos das atividades práticas e o resultado foi imediato. Robert Gabriel, aluno da escola de Pedro Leopoldo (MG), participou do projeto desde o início e destacou que o acontecimento marcou sua vida. "Quando eu ficar adulto gostaria que meus filhos tivessem a oportunidade de participar de programas como esse. Nunca vou me esquecer de cada visita e espécie que conheci. Antes não dava o devido valor para a natureza onde estou inserido e hoje eu sei que ela significa uma vida. Que continuemos a fazer nossa parte perante a sustentabilidade e o meio ambiente. Precisamos preservar".

As imagens do álbum acompanham o estado de conservação da ave, seu nome científico e popular e um breve histórico sobre sua origem. Além disso, por meio do QR Code, todos conseguem acessar a ficha dos animais, mapa de distribuição, habitat, outras fotos e sons.

Há também o capítulo "Vivenciando a educação ambiental", que busca contribuir como ferramenta pedagógica nas salas de aula, ao sugerir atividades em todas as disciplinas.

"Tudo isso foi um sonho que virou realidade. Acredito que daqui sairão os futuros pesquisadores. Vários que participaram, gostaram e manifestaram a importância da natureza", relata Maria Auxiliadora, educadora ambiental que participou da equipe técnica da Rede Asas.

PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO

A distribuição será realizada nas escolas próximas às lagoas carste. Além disso, a prioridade é explorar a parte pedagógica para ser usada como uma ferramenta a mais para os

professores. Os alunos receberão os álbuns, porém as figurinhas serão misturadas e divididas em três montantes, os quais serão entregues nas instituições em momentos distintos.

Organizadores da Rede Asas darão suporte presencial de três visitas e posteriormente auxílio a distância. Além disso, Gefferson Guilherme, biólogo e organizador do projeto, revelou que "a vontade da equipe é retomar o trabalho de campo com os estudantes, para que eles continuem a conviver com o ambiente em que estão inseridos".

"Hoje é possível ver estudantes conversando como biólogos, pesquisadores e cientistas e isso é encantador", relata José de Castro Procópio, organizador do programa.

Flona de Piraí do Sul realiza mostra de projetos de educação ambiental

No dia 22 de novembro, a Floresta Nacional de Piraí do Sul realizou a Mostra de Projetos de Educação Ambiental. A mostra foi uma das etapas do projeto "Flona de Piraí do Sul: Construindo Nosso Espaço de Educação Ambiental", em andamento durante o ano.

Conselheiros, estudantes, professores, agricultores, comunitários, técnicos e voluntários participaram intensamente do evento, compartilhando experiências desenvolvidas ao longo do ano em seus espaços de atuação: ao todo, dez iniciativas foram implementadas em escolas municipais de Piraí do Sul e Castro, além da própria Flona, com a participação da comunidade. Os materiais produzidos também foram expostos, divulgando as ações realizadas e as trocas de experiências.

A pesquisadora Eloísa Ramos, do departamento de Ciências Naturais da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) desenvolveu projeto sobre hortas medicinais

com comunitários do entorno da Flona. "A formação em educação ambiental contribuiu para perceber o potencial de transformação da realidade que as iniciativas possuem. E a implementação do projeto permitiu vivenciar as dificuldades e as possibilidades no campo da educação ambiental", avalia. Já para Juliane Anhaia, que desenvolveu projeto sobre a gestão de rejeitos suínos com a comunidade escolar e entorno da Escola Municipal Rural Padre José de Anchieta, em Piraí do Sul, "a participação no projeto trouxe ferramentas para qualificar a ação como educadora, trabalhando conflitos ambientais locais e ampliando a participação em sua gestão".

Para a equipe da Flona, a mostra ampliou a percepção da UC como espaço de articulação de projetos em Educação Ambiental, contribuindo também para a sensibilização da comunidade e para a continuidade das iniciativas, fortalecendo a rede de educadores no entorno da unidade.

APA/Arie Mamanguape realizam monitoramento da qualidade da água do estuário do Rio Mamanguape



Alessandro Carbone

Conservação de estuários é essencial para comunitários e espécies nativas

A água do estuário do Rio Mamanguape pode estar sofrendo impactos negativos devido à degradação causada pelas atividades humanas. A perda da qualidade hídrica afeta as espécies que necessitam de boas condições do ecossistema de estuário para sobrevivência, como o ameaçado peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*). Além disso, comunidades tradicionais dependem diretamente da água em boa qualidade para dar prosseguimento ao seu cotidiano, especialmente o sustento de suas famílias.

Pensando neste contexto, a APA Barra do Rio Mamanguape e a Arie Manguezais da Foz do Rio Mamanguape realizam o monitoramento da água do estuário do Rio Mamanguape, no litoral norte do estado da Paraíba.

A iniciativa é apoiada pelo Projeto Manguezais do Brasil, por meio de parceria com o Instituto Federal da Paraíba (IFPB).

Desde janeiro deste ano, um grupo formado por servidores do ICMBio, estudantes e professores do IFPB realiza coletas mensais em nove pontos do estuário para analisar parâmetros físico-químicos da água, além da avaliação biológica sobre presença de coliformes fecais na água e presença de salmonela em ostras.

Com os resultados, espera-se identificar setores do estuário do rio Mamanguape onde a qualidade da água possa estar mais degradada, a fim de possibilitar ações preventivas e de controle.

ICMBio testa drones na Amazônia

No último dia 16, servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) testaram drones na Floresta Nacional (Flona) do Tapajós, no estado do Pará, com o objetivo de demonstrar as potencialidades e usabilidades dos equipamentos no bioma amazônico.

Após meses de planejamento, longo processo de aquisição das aeronaves e um curso de capacitação de piloto de RPA, a Coordenação de Fiscalização (Cofis) do ICMBio deu início a fase de testes dos aparelhos, começando pela Amazônia, onde a demanda pelo uso de drones na fiscalização é constante. Para o coordenador da Cofis, André Alamino, as informações obtidas pelos testes servirão para subsidiar as futuras aquisições do instituto, apontando qual o melhor aparelho para determinado tipo de missão a ser realizada.

Rafael Cabral, analista ambiental e coordenador do projeto OARP (operadores de aeronaves remotamente pilotadas) da Cofis, explica quais parâmetros foram examinados durante os testes: “são analisados, dentre outros fatores, a autonomia ou tempo de voo, distância atingida, comportamento dos sensores (câmeras), das baterias e periféricos, a estabilidade dos softwares e as limitações do equipamento quanto ao transporte, portabilidade e durabilidade”.

Depois de três dias seguidos de vários testes na Flona do Tapajós, alguns resultados já mostram a diferença de uso naquele bioma, como a autonomia de voo reduzida. “Um voo que normalmente chega a 30 minutos de duração, teve só 22 na Flona, provavelmente devido ao calor da região, que afeta o aparelho” comenta Cabral.

Outro destaque dos testes foi o uso da câmera termal em um dos drones, onde foi possível avistar um indivíduo em um pequeno barco entrando na Flona em plena madrugada e uma área de queima de vegetação.

Atualmente, a Cofis conta com três tipos de aeronaves para testes, que são: Dji Phantom 4 pro, Dji Matrice 200 e EBEE S.O.D.A., com cada uma possuindo características que ditam a finalidade para qual poderá ser usada em campo.

A equipe de teste foi formada pelos analistas Rafael Cabral, da Cofis, e Pedro Oliveira, do Refúgio de Vida Silvestre Rio dos Frades, que são os responsáveis pelo projeto; Danilo Silva, um dos primeiros técnicos da Cofis a ser capacitado como piloto de drone; além de dois servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e um servidor da Flona Tapajós; bem como o apoio da Coordenação Regional de Santarém do ICMBio.



Bruno Bimbato

Flona do Tapajós foi a primeira a receber drones para testes



Bruno Bimbato



PRÓXIMOS PASSOS

Após os testes, que ocorrerão em outros biomas, a intenção é liberar os equipamentos para uso, por servidores capacitados, nas ações do instituto. Estão sendo elaborados outros projetos para aquisição de mais aeronaves, tanto para teste quanto para capacitações, expandindo assim a quantidade de equipamentos e servidores capacitados. “Estamos também em fase final de tramitação da normativa de uso de drones no ICMBio, que esperamos publicar ainda este ano”, explica Cabral.

DRONES NA FISCALIZAÇÃO

O ICMBio já vem utilizando drones em parcerias com outros órgãos em ações de fiscalização. Esses equipamentos podem ser empregados de maneira tática e estratégica, especialmente no geoprocessamento. “O

drone traz mais segurança para o agente e mais precisão ao possibilitar trabalhos prévios de planejamento para subsidiar estratégias”, explica Alamino.

Antes de serem utilizados em ações de operação, testes já são realizados em simulações a atividades reais mais controladas. A próxima fase será uma estruturação interna para ver qual será o locus e como será operacionalizada o uso de drones pela Instituição bem como a capacitação dos pilotos. “A princípio, o perfil desejado é disponibilidade para participar das ações de fiscalização”, conclui Alamino.

Confira aqui mais imagens da operação: <https://bit.ly/2E1LdRN>

Confira aqui um vídeo sobre a operação: <https://bit.ly/2FMQs9T>

Quais deveriam ser as competências de um chefe de unidade de conservação?



Participe do Mapeamento de Competências do ICMBio!

Responda até 7 de dezembro o questionário enviado para o seu e-mail.



**GESTÃO POR
COMPETÊNCIAS**
ICMBio-MMA

ICMBio concorre em três categorias ao Prêmio Nacional do Turismo 2018



Parque da Chapada dos Veadeiros está em processo de concessão dos serviços à visitação

O ICMBio está concorrendo em três das sete categorias do Prêmio Nacional do Turismo. As categorias são: Valorização do Patrimônio pelo Turismo: Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso e Conectividade; Monitoramento e Avaliação do Turismo: Contribuições do Turismo em Áreas Naturais Protegidas para a Economia Brasileira; e Governo: PAPP (Parcerias Ambientais Público-Privadas).

Ao todo são 21 finalistas que estão concorrendo ao troféu de sete categorias do Prêmio Nacional do Turismo 2018. Elas foram selecionadas entre 208 propostas habilitadas para concorrer à premiação, com participações de todo o Brasil. Um total de 241 iniciativas e casos de sucesso foram inscritas nas seguintes áreas: monitoramento e avaliação do turismo (16 projetos); qualificação e formalização no turismo (19); valorização do patrimônio pelo turismo (47); turismo de base local e produção associada ao turismo (46); turismo social (17); inovação tecnológica no turismo (28); e marketing e apoio à comercialização do turismo (35).

Após a classificação de três finalistas por categoria, os selecionados passam por análise meritória e eliminatória da comissão julgadora, que vai eleger os vencedores. A lista de premiados será anunciada em cerimônia no próximo dia 5, no Rio de Janeiro. As iniciativas classificadas para a final obedecem aos critérios adotados para a premiação, como terem sido criadas especificamente para o setor turístico e implementadas há menos de 24 meses. Outro critério para o caso de sucesso ter sido aceito pela comissão julgadora foi a apresentação de resultados de mensuração de impactos diretos ou indiretos no turismo.

O ministro Edson Duarte é o indicado ao prêmio na categoria Governo pela implementação da visitação nas Unidades de Conservação Federais por meio do PAPP (Parcerias Ambientais Público-Privadas). Espera-se concessionar serviços de apoio à visitação em 11 unidades de conservação, proporcionando mais infraestrutura, investimentos e turismo nas UCs. A iniciativa para o processo de

concessões foi possível em função da aprovação da Lei nº 13.668/2018, que aprimorou a legislação para a concessão de serviços de apoio ao uso público nas unidades de conservação. O Parque Nacional do Pau Brasil já encerrou o processo de licitação e o da Chapada dos Veadeiros está em processo final de escolha do concessionário, e o do Itatiaia está com a licitação aberta. Os Parques Nacionais Serra dos Órgãos, Tijuca, Fernando de Noronha e Iguaçu já contam com serviços concessionados, sendo os mais visitados e com aprovação alta quanto a qualidade dos serviços ofertados aos visitantes.

Na categoria de Valorização do Patrimônio pelo Turismo concorre Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso e Conectividade. O objetivo do sistema de trilhas é conectar diferentes unidades de conservação do Brasil através de grandes trilhas nacionais compostas por trilhas locais menores. Também busca reconhecer e proteger rotas de pedestres de interesse natural, histórico e cultural, além de sensibilizar a sociedade para a importância do

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Formalizada pela Portaria nº 407 de 19 de outubro de 2018, esta é uma iniciativa conjunta do Instituto, de grupos de voluntários e da sociedade civil organizada. A meta é alcançar, em 20 anos, 18 mil km de trilhas e movimentar 2 milhões de turistas por ano.

Já na categoria Monitoramento e Avaliação do Turismo, concorre a iniciativa Contribuições do Turismo em Áreas Protegidas para a Economia Brasileira. Os estudos econômicos produzidos pelo analista ambiental Thiago Beraldo destacam as contribuições e os impactos econômicos gerados localmente por cada UC.

De acordo com o estudo, em 2017 os visitantes gastaram cerca de R\$ 2 bilhões nos municípios do entorno das UCs. Com isso, foram gerados cerca de 80 mil empregos diretos, R\$ 2,2 bilhões em renda, outros R\$ 3,1 bilhões em valor agregado ao PIB e mais R\$ 8,6 bilhões em vendas. Os resultados mostram que a cada R\$ 1 real investido, R\$ 7 retornam para a economia.



Mariana: monitoramento ambiental três anos depois

Três anos depois que a avalanche de rejeitos desceu toda a bacia hidrográfica do rio Doce, desde Bento Rodrigues, em Mariana/MG, atingindo no dia 21 de novembro de 2015 a foz do rio Doce em Regência, Linhares/ES e o mar em centenas de quilômetros, o grande esforço dos órgãos ambientais federais e estaduais e de universidades se consolidou na assinatura do contrato entre a Fundação Renova – criada para avaliar, mitigar e compensar os impactos do maior desastre ambiental do Brasil – com uma rede de universidades e instituições, denominada Rede RioDoceMar-RRDM.

Os pesquisadores já estão em campo desde setembro, dando continuidade e ampliando o monitoramento da biodiversidade aquática (dulcícola, marinha e estuarina) correspondente ao detalhado na Cláusula 165 do TTAC firmado entre Samarco/Vale/BHP e governos federal e estaduais de MG e ES, homologado em agosto pela Justiça federal, com inclusão dos MPF e MPE de MG e ES e Defensorias Públicas dos dois estados, além de representantes dos atingidos.

Ao todo são 27 projetos de pesquisa/monitoramento, englobando 193 pontos de amostragem ao longo de 520 Km de costa, entre Guarapari-ES e Porto Seguro-BA. Os estudos envolvem mais de 500 profissionais da academia e trazem detalhamentos de pesquisas que abrangem de micro-organismos a grandes mamíferos, perfazendo 43.705 amostras de água, sedimentos, animais e vegetais até o momento.

O monitoramento abrangerá, também, a análise de impacto em 40 unidades de conservação alcançadas pela pluma de rejeitos da Samarco, no continente e no mar, incluindo as federais, administradas pelo ICMBio, que são: RVS de Santa Cruz, APA Costa das Algas, Parna de Abrolhos, Resex Cassurubá, Rebio de Comboios e Flona de Goytacazes.

Estes estudos ajudarão a avaliar os possíveis impactos dos rejeitos sobre os alvos de conservação dessas UCs, e os Centros de Pesquisa do ICMBio como Tamar, Cemave, CMA, Cepsul,

Cepta e RAN farão, junto com as UC's, a análise dos relatórios gerados por estas pesquisas.

Está prevista, por parte da REDE, a formação de um banco de dados público, incluindo dados pretéritos, e frutos dos monitoramentos iniciados após a tragédia, com análises e interpretações feitas com a expertise destes profissionais da academia, e com acesso online dos órgãos públicos, o que trará maior confiabilidade e transparência acerca dos resultados, por estarem sendo conduzidos por instituições ligadas à pesquisa e academia.

Segundo o analista ambiental do Centro TAMAR/ICMBio Leandro Pereira Chagas, outro importante avanço ao longo desse 3º ano pós-desastre foi a consolidação da CT-BIO/CIF nesse processo, assim como a responsabilidade assumida pelo ICMBio de coordená-la junto com os demais órgãos ambientais. “A própria Câmara passou por um amplo mapeamento dos fluxos dos seus processos de trabalho, ocasião que permitiu identificarmos necessidades e competências para executar as várias cláusulas do TTAC, sob responsabilidade da CT-BIO/CIF”, frisa Leandro.

Para o Coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Biodiversidade- CT-BIO/CIF, Joca Thomé, todo esse complexo processo – integrado com diversas esferas e áreas como a da saúde - carecem de uma legislação específica e atuação de outros órgãos, como o de Saúde e Vigilância Sanitária por exemplo, no que se refere aos efeitos da contaminação das águas e pescados com os metais pesados, e os riscos reais à saúde da população que porventura possa estar consumindo regular ou esporadicamente esse pescado.

“Esse teor de metais pesados, encontrados por pesquisadores em peixes, por exemplo, não são totalmente normatizados pela Anvisa. Quando somos arguidos se a população pode comer o pescado, se podem tomar banho de rio ou mar, ficamos sem saber o que dizer, à luz de quais parâmetros, pois a legislação nunca abarcou algo sequer parecido com esse desastre, o



Foz do rio Doce em 9 de dezembro de 2015

foi atingido e transformado. Uma nova realidade será construída ao longo dos anos”, frisa Joca.

O QUE É A CT-BIO/CIF?

A CT-BIO/CIF é uma das 10 Câmaras Técnicas criadas para orientar, acompanhar, monitorar e fiscalizar quatro Programas, entre os 42 programas do Acordo: o de Conservação da Biodiversidade Aquática, incluindo água doce, zona costeira e estuarina e área marinha impactada; o de Fortalecimento das Estruturas de Triagem e Reintrodução da Fauna Silvestre; e o de Conservação da Fauna e

maior da mineração ocorrido no mundo. Nossa função é analisar como estão os índices de contaminação da biota e no meio ambiente. Cabe aos demais setores orientar quanto aos riscos humanos”, explica Joca Thomé.

A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) Nº 42, de 29 de agosto de 2013, determina os valores máximos apenas para chumbo, mercúrio, cádmio e arsênio, mas para os demais metais não há parâmetros definidos no Brasil. Acesse aqui.

Para o coordenador da CT-BIO/CIF a sociedade precisa enxergar o licenciamento ambiental e todos os planos previstos no rito do licenciamento não como entraves ao crescimento econômico, mas realmente como uma proteção e resguardo à vida de forma geral, humana e da biodiversidade.

Além dos impactos ambientais, analisa-se também por outras Câmaras Técnicas, a desestruturação da sociedade nas áreas atingidas. “Houve um esfacelamento das relações interna e externamente a essas comunidades atingidas. O lazer delas, a cultura, o trabalho, enfim, tudo

Flora Terrestre e o de Consolidação das Unidades de Conservação. Ela é composta por representantes do ICMBio (que também a coordena), Ibama, IEF-MG e IEMA-ES e INEMA-BA.

Todas as 11 Câmaras Técnicas foram criadas em julho de 2016, por meio da Deliberação No 07 – do Comitê Interfederativo (CIF) – este criado em abril de 2016, pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio da Portaria 95 (07/04/2016).

HISTÓRICO TEMPORAL DO ROMPIMENTO

05 de novembro de 2015 - rompimento da barragem da Samarco em Fundão, em Mariana/MG, com aproximadamente 39,2 milhões de m³ de rejeitos saíram da área de propriedade da Samarco. O rejeito atingiu o rio Gualaxo do Norte, percorreu seu leito e desaguou no rio Doce. Acredita-se que 20,3 milhões de m³ de material ficaram depositados na barragem da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (Candonga). Outros 18,9 milhões de m³ de rejeitos seguiram o fluxo dos cursos d'água e chegaram ao mar no dia 21 de novembro de 2015.

Programa para conservação de Trindade é lançado

No último dia 19, foi lançado, no Horto Botânico do Museu Nacional (RJ), o Programa RETER-Trindade. O objetivo é restaurar as condições naturais da Ilha de Trindade, e, com isso, propiciar um ambiente propício para espécies ameaçadas da região, sobretudo aves que utilizam o local para reprodução. Dentre as espécies a serem beneficiadas estão as criticamente ameaçadas fragata-de-trindade (*Fregata trinitatis*), a fragata-grande (*Fregatta minor nicolli*) e até o atobá-de-pés-vermelhos (*Sula sula*), considerado extinto localmente.

Uma das principais ações a serem desenvolvidas pelo projeto é acelerar a expansão da vegetação nativa. “Com isso, podemos ajudar a recuperação do solo e contenção da erosão pois o restabelecimento dessas condições beneficia diretamente as colônias de aves marinhas”, afirma a analista ambiental do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (Cemave/ICMBio), uma das instâncias do ICMBio envolvidas neste Programa. Ainda dentro deste contexto, será feita translocação de mudas de espécies vegetais nativas de áreas da Ilha ainda preservadas para replantio em solo já recuperado.

Como ações de conservação para as espécies endêmicas, os pesquisadores irão estimular a reprodução dessas aves. “A instalação de estruturas artificiais semelhantes aos ninhos e poleiros naturais funcionarão para atrair as aves e estimular a reprodução, que hoje não mais ocorre na ilha da Trindade”, explica Patrícia.

As espécies invasoras foram e continuam sendo grande problema na Ilha de Trindade. A vegetação sofreu impacto negativo com a introdução de plantas, porcos e cabras. Outra espécie que pode estar comprometendo a recuperação da vegetação e, potencialmente, a reprodução das aves marinhas é a catita (*Mus musculus*). Acredita-se que este pequeno roedor chegou à Ilha de Trindade pelos porões das embarcações vindas do continente e se alastrou rapidamente.



Fragata-de-trindade deve ser uma das beneficiadas pelo projeto

As ações a serem desenvolvidas neste Programa contam com o apoio financeiro da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza. O programa conta com fundamental apoio da Marinha do Brasil e da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, assim como conta uma equipe bastante experiente em relação às questões botânicas da ilha da Trindade e com demandas relacionadas às aves marinha e suas principais ameaças, formada por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Museu Nacional do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Centro Universitário de Brasília (UniCeub), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), além de pesquisadores do próprio ICMBio/Cemave. O programa RETER-Trindade pretende, portanto, além de restaurar condições naturais da ilha de Trindade contribuindo efetivamente para a recuperação de espécies endêmicas ameaçadas, obter informações científicas importantes para a gestão e implementação do monumento natural (Mona) recém-criado.

Oficinas discutem governança de Corredor Ecológico Ramsar

O Brasil ganhou recentemente um enorme corredor para proteção dos manguezais amazônicos, um dos mais importantes do mundo. O corredor integrou três áreas que já eram reconhecidas como sítios Ramsar (Parque Nacional do Cabo Orange, APA Baixada Maranhense e APA Reentrâncias Maranhenses) com mais de 20 unidades de conservação formando uma espécie de mosaico de áreas úmidas que se estende desde a fronteira com a Guiana Francesa até os limites entre Piauí e Ceará, passando por manguezais na foz do Amazonas e o Arquipélago do Tapajós. “Trata-se de um grande corredor de conservação dos manguezais amazônicos, uma das mais importantes do mundo, sustentando várias famílias de extrativistas e pescadores artesanais e que mantém grande importância na manutenção de estoques pesqueiros e aves migratórias das Américas”, diz o diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial, Claudio Maretti.

Para pensar numa visão estratégica dessas áreas e começar a propor uma estrutura de governança de gestão, foram realizadas duas oficinas nas cidades de Belém (quinta-feira, 22) e São Luís (sexta-feira, 23). As oficinas tiveram o objetivo inicial de nivelamento e de reflexão das propostas para a visão estratégica e de estrutura de governança dessas áreas. Participaram gestores e representantes das



Visão estratégica do Corredor Ramsar será construída com comunitários e gestores de UCs

comunidades envolvidas, totalizando cerca de 150 pessoas de unidades de conservação como Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, Reserva Extrativista Baía do Tubarão, Parque Nacional do Cabo Orange, Reserva Extrativista Mestre Lucindo, Reserva Extrativista Quilombo do Flexal e várias outras. Além deles, pesquisadores e técnicos de universidades, representantes de órgãos gestores estaduais estiveram presentes.

“Por serem reconhecidas internacionalmente, é necessário pensar numa visão integrada de conservação e consequentemente de gestão. Estamos propondo uma governança que tenha as Unidades de Conservação como instrumento de operacionalização e que parta da base de parcerias, a exemplo do modelo das Reservas Extrativistas”, diz Maretti. Segundo o diretor, neste modelo, haveria uma gestão compartilhada e participativa que promovesse o desenvolvimento sustentável, especialmente das famílias que dependem dessas áreas para manutenção de seus modos de vida.

No momento, são propostos dois grandes blocos. Um seria composto pelas áreas de Pará e no Amapá e o outro, com Maranhão, Piauí e Ceará com três a quatro níveis de interação e necessidade de engajamento de gestores e comunidades e abertura para adesão de UCs estaduais e municipais. “Depois dos dois dias teremos um ano para irradiar a informação e daqui a um ano estaremos prontos para apresentar um projeto com maior envergadura”, explica Maretti.

Esta é apenas a primeira fase do projeto apoiado pela Embaixada da Noruega. A seguir, será elaborado um relatório com uma proposta simplificada do modelo de governança e de diretrizes e no próximo ano, serão promovidas oficinas de comunicação e capacitação para consolidar essas propostas com a perspectiva de engajamento e desenvolvimento de projetos para viabilizar apoio para políticas públicas.

A área onde se encontra o corredor ecológico possui dezenas de milhares de famílias de extrativistas e pescadores artesanais. Só nas reservas extrativistas, estima-se que o número de famílias ultrapasse os 40 mil, já considerando 13 mil das novas reservas criadas este ano. Sem contar a população urbana, cerca de 100 mil famílias dependem desse ecossistema.

A CONVENÇÃO RAMSAR

Em 2 de fevereiro de 1971, na cidade de Ramsar, no Irã, foi aprovado o texto da Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, também chamada de Convenção de Ramsar. Assim, os países signatários tiveram a oportunidade de indicar áreas para ingressar a chamada Lista de Ramsar. Os sítios Ramsar, como são chamados os locais nesta lista, são pontos estratégicos de conservação da biodiversidade e possuem prioridade em cooperações técnicas e apoio para projetos

que visem a sua proteção e o uso sustentável de seus territórios.

Desde sua adesão à Convenção, o Brasil promoveu a inclusão de 23 unidades de conservação e dois Sítios Ramsar Regionais, somando 25 Sítios na Lista de Ramsar. A introdução dessas áreas na Lista de Ramsar facultou ao Brasil a obtenção de apoio para o desenvolvimento de pesquisas, o acesso a fundos internacionais para o financiamento de projetos e a criação de um cenário favorável à cooperação internacional.

Em contrapartida, o Brasil assumiu o compromisso de manter suas características ecológicas - os elementos da biodiversidade, bem como os processos que os mantêm - e deve atribuir prioridade para sua consolidação diante de outras áreas protegidas, conforme, inclusive, previsto no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), aprovado pelo Decreto no 5.758/06.

ICMBio lança vídeo documentário durante seminário de políticas públicas

O ICMBio lançou, na última quinta-feira (22), o vídeo documentário "Quilombo – Caminhos para a gestão territorial e ambiental". O vídeo conta sobre as oficinas territoriais promovidas entre janeiro e julho de 2018 pelo ICMBio e foi lançado durante o último Seminário Nacional sobre Políticas Públicas voltadas ao Extrativismo, Segurança Alimentar e Nutricional e Uso Sustentável da Sociobiodiversidade e sua integração com as Políticas de Gestão Ambiental e Territorial, em Brasília, entre os dias 21 e 22 de novembro. O evento foi promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

O vídeo foi produzido pelo Grupo de Audiovisual ligado à Coordenação Geral de Gestão



Socioambiental (CGSAM) com tradução para a língua inglesa. O material mostra os relatos do processo de diálogos sobre Gestão Territorial e Ambiental em territórios quilombolas realizados em sete oficinas com representantes quilombolas de todas as regiões do país.

Segundo o coordenador geral de Gestão Socioambiental, Paulo Risso, o vídeo possui o potencial de dar visibilidade a essas populações. "Estas histórias são uma provocação para conhecermos mais este Brasil que ainda não é visível para todos, ele traz para o debate um material no qual as pessoas veem os olhos, veem as lágrimas e passam a entender como os territórios se compõem", enfatiza Russo.

"Este vídeo foi uma ótima oportunidade de mostrar o trabalho da equipe e promover uma interação deste com as diversas instituições, o que pode propiciar novas oportunidades e crescimento do Grupo de Audiovisual do ICMBio", destaca o coordenador do grupo, Roberto Zanin. Você pode conferir o vídeo pelo link: <https://youtu.be/84Rc8HNT0U8>

Garopaba e Imbituba na rota das trilhas de longo curso



Sinalização das trilhas atende ao padrão do Sistema Brasileiro de Trilhas

Garopaba e Imbituba estão implementando um novo modelo de sinalização nas trilhas do território da APA da Baleia Franca. A ação começou no último final de semana (23 e 24 de novembro), com a sinalização da Trilha da Caranha, que liga as Praias da Barra e Ouidor, em Garopaba. Esta iniciativa partiu do Projeto de extensão de aperfeiçoamento profissional dos Condutores Ambientais e Guias de Turismo egressos do IFSC Garopaba e, do órgão do governo federal, Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Uma sinalização adequada garante a boa gestão das trilhas, minimiza diversos tipos de impacto ambiental e incentiva o ecoturismo e o turismo de base comunitária. O que dá tranquilidade e segurança para todos que usam a trilha, além de organizar o fluxo por um único traçado, protegendo a flora e fauna e da formação de caminhos secundários. Além dessa preocupação, a iniciativa do IFSC e do ICMBio vai de encontro a implantação do Sistema Brasileiro de Trilhas.

O Sistema é uma nova abordagem nacional de conectividades das Unidades de Conservação do Brasil, que pretende ligar quatro grandes corredores de paisagens naturais no país. Um desses corredores, a Trilha Litorânea, passará pelas cidades de Garopaba e Imbituba. Com 8 mil km, este percurso liga o Chuí

ao Oiapoque ao longo da costa brasileira. Por conta da grande extensão, o governo federal quer assegurar a padronização da sinalização em todas as unidades de conservação que compõem o trajeto da Trilha Litorânea.

Para isso, o primeiro passo foi a promoção de uma Oficina de Sinalização de Trilhas, que ocorreu na sede do Projeto Ambiental Gaia Village. Ela foi ministrada pelo analista ambiental do ICMBio, Thiago Beraldo, e pelo vice-presidente do Instituto Çarakura (entidade que integra a gestão do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro) Richard Smith. Durante a oficina, além da parte teórica, os participantes foram orientados em como implementar a sinalização de forma correta nas trilhas locais e colocaram em prática as técnicas ensinadas, produzindo matrizes para aplicação da pintura e sinalização da Trilha da Caranha.

A Área de Proteção Ambiental (APABF) da Baleia Franca, que é a principal UC dessa região do litoral catarinense, terá uma sinalização específica, no formato de sola de bota com uma baleia franca, com sua cauda e nadadeiras em seu desenho. A arte dessa pegada foi desenvolvida de forma voluntária por condutores ambientais. O desenho segue o padrão sugerido pelo ICMBio, adaptando-se para a realidade da APABF. As cores adotadas serão o preto e o amarelo, repetindo o padrão da rota principal

da Trilha Litorânea. As cores adotadas seguem o padrão nacional da sinalização, com pegadas pretas e amarelas, conforme o sentido que se quer demonstrar (norte-sul e sul-norte).

Um Grupo de Trabalho será responsável pelo gerenciamento, manutenção da sinalização, e pela comunicação com a comunidade local e com os usuários destes caminhos. Por enquanto, apenas a Trilha da Caranha, que se encontra em propriedade particular, está sinalizada com anuência do Gaia Village. A ideia é observar durante a temporada de verão como os turistas e comunidade local aceitarão a sinalização, para corrigir e propor novas soluções para as próximas trilhas.

Esta ação de sinalização tem apoio de Condutores Ambientais locais, de alunos do curso de Guia de Turismo do IFSC, do ICMBio, do Conselho Gestor da APA da Baleia Franca, do IFSC - Câmpus Garopaba, do Instituto Çarakuara, Gerdau, do Projeto Ambiental Gaia Village e das Prefeituras Municipais de Garopaba e Imbituba.

O QUE É O SISTEMA BRASILEIRO DE TRILHAS

O Sistema Brasileiro de Trilhas de Longo Curso quer trazer a experiência dos sistemas de trilhas de longo curso estadunidense (National Trails System) e europeu (European long-distance paths) para o país. Seu objetivo é conectar diferentes unidades de conservação do Brasil através de grandes trilhas nacionais compostas por trilhas locais menores. Também busca reconhecer e proteger rotas pedestres de interesse natural, histórico e cultural, além de sensibilizar a sociedade para a importância do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc).

Criada pela Portaria nº 407 de 19 de outubro de 2018, dos Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo e do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), esta é uma iniciativa conjunta do ICMBio, de grupos de voluntários e da sociedade civil organizada. A meta é alcançar, em 20 anos, 18 mil km de trilhas e movimentar 2 milhões de turistas por ano.

A capacitação ocorreu entre os dias 19 e 23 de novembro na ACADEBio, em Iperó (SP).

O objetivo da oficina foi avaliar o estado de conservação de mais de 400 espécies de peixes continentais frente aos critérios da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) conforme a Portaria MMA nº 43/2014 que oficializa o Programa Pró-Espécies. A oficina contou com a presença de 29 especialistas de diversas instituições de pesquisa do país, além de equipe de apoio formada por servidores do Cepta, Cepam, CBC e Parque Nacional de Jericoacoara.

Ao todo, 463 espécies de peixes continentais tiveram seu estado de conservação avaliado, das quais 385 foram categorizadas como Menos Preocupante (LC), 19 ficaram em alguma das três categorias de ameaça (CR, EN ou VU), 24 como Quase Ameaçadas (NT) e 35 como Dados Insuficientes (DD).

As oficinas de avaliação de peixes continentais terão continuidade em 2019, iniciando pela avaliação de peixes troglóbios (dependentes de cavernas) prevista para abril do ano que vem.

Servidores podem saber mais sobre gestão por competências



implementação do programa, o mapeamento sobre as carências, competências necessárias ao chefe e a proposta para implantação do modelo.

As informações podem ser acessadas a partir da seção Macroprocessos> Gestão de Pessoas> Gestão por competências.

Servidores do ICMBio que estão com dúvidas sobre a gestão por competências terão um espaço para conferir mais informações sobre o assunto. A Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP) disponibilizou na Intranet uma seção apenas sobre Gestão de Competências. Lá, o servidor pode saber mais sobre a



Novo SAMGE é apresentado a servidores da CR8

A convite da Coordenação Regional 08, no Rio de Janeiro, a Equipe da Divisão de Monitoramento e Avaliação da Gestão de UC (DMAG/CGCAP/Diman) participou no dia 22 de novembro de 2018 de reunião de planejamento, com foco no tema Proteção, para apresentar a nova plataforma on-line do SAMGe e orientar o preenchimento neste ciclo 2018.

Todas as unidades de conservação federais, conforme Portaria no 306 de 31 de maio de 2016, devem realizar o diagnóstico da gestão, indicando os objetivos de conservação, seus

Recursos e Valores, os usos existentes e as ações de manejo realizadas pelo órgão gestor da UC. A partir da identificação destes, e seus relacionamentos, é possível visualizar o painel de gestão, e subsidiar a tomada de decisão, assim como avaliar o cenário para realizar o planejamento do ano seguinte.

O preenchimento do ciclo 2018 será realizado na plataforma online, disponível no site <http://samge.icmbio.gov.br>, até o dia 31 de dezembro de 2018.

Curta

Cepta e Cepam avaliam risco de extinção de peixes continentais e amazônicos

Os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental (Cepta) e da Biodiversidade Amazônica (Cepam) realizaram a II Oficina de Avaliação dos Peixes Continentais do 2º Ciclo -

Ecoregiões São Francisco, Paraíba do Sul e Fluminense, e a II Oficina de Avaliação dos Peixes Continentais Amazônicos do 2º Ciclo - Famílias Auchenipteridae, Aspredinidae, Callichthyidae, Doradidae e espécies prioritárias de Loricariidae.

FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS



Danúbia Melo



Leonardo Milano



Leonardo Milano



Luciana Carvalho Crema



Leonardo Milano



Bruno Bimbato



Leonardo Milano



ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ramilla Rodrigues

Nana Brasil

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayananne Miranda

Diagramação

Tatiana Raposo

Chefe da Divisão de Comunicação

Márcia Muchagata

Foto da capa

Miguel Von Behr

Colaboraram nesta edição

Aline Kellerman – REVIS Ilha dos Lobos; Bruno Bimbato – DCOM; Carolina Alvite – CNPT; Cecil Brotherhood – APA da Baleia Franca; Dayse Leite – PARNA Descobrimento; Fabiana Hessel – DMAG; Karina Barros – Flona Piraí do Sul; Lívia Rodrigues – CENAP; Luciana Pacca – APA Rio Mamanguape; Patrícia Serafini – CEMAVE; Rafaela Vicentini – CEPAM; Ramilla Rodrigues – DCOM; CGSAM; Roberto Zanin – CGSAM; Rodrigo Freitas – GEFMAR; Verônica Ferron – CR11

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

